

Haddad, no final das contas

Rogério L. Furquim Werneck*

Em contraste com o que prometeram de início todos os presidentes eleitos desde 1999, inclusive Dilma Rousseff, Lula da Silva decidiu que atravessaria seu terceiro mandato sem assumir qualquer compromisso com o controle do endividamento público.

Nunca é demais lembrar que a notícia de que Fernando Haddad ocuparia a pasta da Fazenda só veio a público 40 dias depois do segundo turno da eleição de 2022, quando Lula, por conta própria, já celebrara um amplo pacto de irresponsabilidade fiscal com o Congresso.

Haddad sabia perfeitamente que o papel que lhe caberia como ministro era o de tesoureiro da colossal farra fiscal que Lula tinha em mente.

Alertado de que, se fosse muito explícito sobre suas reais intenções, poderia não conseguir aprovar a revogação do teto de gastos, Lula encarregou Haddad de montar a dissimulação que se fazia necessária. O que deu lugar ao arcabouço fiscal, um novo regime de gestão de contas públicas em que o governo se permitia alardear compromisso com metas pírias, jamais cumpridas, de geração de déficits primários “quase zero”. Era mais do que sabido que tamanha irresponsabilidade redundaria em brutal elevação do endividamento público.

Faltava à Haddad um traço de personalidade imprescindível para que pudesse ter tido sucesso como ministro: a capacidade de dizer não ao presidente da República. E, mais do que isso, a capacidade de inculcar no presidente o temor de que, a depender do que lhe fosse pedido, Haddad estaria pronto a se demitir. Jamais passou pela cabeça de Lula que seu ministro da Fazenda deixaria de lhe ser submisso. Deu no que deu.

O que se prevê é que, ao longo do atual mandato presidencial, a dívida bruta como proporção do PIB sofra um salto de até 12 pontos percentuais, de 71,7% do PIB a talvez 84% do PIB. No mandato e meio de Dilma Rousseff, o salto foi de 18 pontos percentuais, mas ao longo de quase seis anos. Três pontos percentuais do PIB por ano. Um aumento anual médio equivalente ao que se espera no Lula 3.

O que se poderá constatar no final deste ano é que, em conjunto, os governos Dilma e Lula 3 terão aumentado a dívida bruta como proporção do PIB em espantosos 30 pontos percentuais! E ainda há quem ache que o que agora falta ao Brasil é um Lula 4.

Desta vez, por sorte, o desastre não assumiu as proporções catastróficas de 2016 porque, em seu terceiro mandato, Lula se deparou com um Banco Central autônomo, que impediu que a política monetária acabasse tomada pela mesma irresponsabilidade da política fiscal.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.